

PEC das Igrejas gera atrito entre evangélicos

Para líderes de denominações como Assembleia e Batista, proposta de Crivella, da Universal, fragilizaria imunidade

LUÍSA MARZULLO
luisa.marzullo@globo.com.br

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia benefícios fiscais das igrejas tem gerado atrito na bancada evangélica. De autoria do deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), bispo licenciado da Universal, a proposta recebe críticas de representantes de denominações, como Assembleia de Deus, Batista, Quadrangular e Presbiteriana, que vão da isenção de aluguel de templos a trechos que poderiam fragilizar imunidade.

Colegas de Crivella na bancada evangélica como Cezinha de Madureira (PSD-SP) e o presidente do colegiado, Eli Borges (PL-TO), apontam fragilidades que beneficiariam a Universal. Um dos questionamentos mira na isenção sobre o aluguel de templos, que interessaria àquela igreja, mas menos importante para denominações que possuem imóveis próprios.

Outro ponto de discordância é a previsão de um tipo de cashback dos impostos indiretos. A igreja que compra, por exemplo, um alimento sujeito à tributação receberia, posteriormente, o ressarcimento. A prática seria regulamentada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O receio é de que as igrejas fiquem à mercê de auditores fiscais ou autoridades federais, criando brechas para que normas diferentes sejam aplicadas em casos similares.

Apesar de não constar no texto, a costura de um acordo entre o Ministério da Fazenda e a bancada evangélica que prevê a vedação da imunidade para artigos de luxo também preocupa parte dos parlamentares. Lideranças afirmam não estar claro o que seria um artigo de luxo, o que pode causar disparidades a partir da interpretação de cada autor.

Cezinha de Madureira afirma ser favorável à proposta de Crivella, mas não à maneira que tem sido conduzida.

—Quando pegamos um texto da Constituição e abrimos esse leque deixando vulnerável, tipificando o que é imune, sem ter todos os itens, teremos problemas no futuro. Isso é um assunto antigo, não pode ser aprovado a toque de caixa. O deputado diz ainda que as lideranças evangélicas, assim como as católicas, precisam ser consultadas sobre o tema.

—Muito me preocupa aprovar um texto que não seja seguro para a gente. Eu ajudei Crivella a colher assinaturas, mas não dá para aprovar texto que traga mais problema e dúvida.

ISENÇÃO DE TRIBUTOS

Atualmente, a imunidade aos templos está prevista na Constituição, e o Supremo Tribunal Federal entende que a isenção se refere aos tributos diretos, como IPTU do imóvel da igreja ou IPVA para os carros em nome da entidade. Com a proposta, Crivella busca expandir a medida para as tributações indiretas. No caso de uma reforma do templo ou em obras comunitárias ligadas à igreja, por exemplo, o material de construção seria adquirido sem impostos.

Um impasse diz respeito à criação de uma lei complementar que teria como intuito prever regras unificadas e nacionais para a isenção. Deputados ponderam que essa legislação enfraqueceria a imunidade, hoje resguardada pela

Constituição. Isso porque a lei tornaria mais fácil a alteração na legislação, já que seria preciso um quórum menor no Congresso Nacional. Outro ponto levantado é de que a proposta não descreve quais critérios norteariam essa lei.



Crivella. Projeto prevê isenção para impostos indiretos



Eli Borges. Proposta de Crivella beneficiaria Universal

● LIVE

CAMINHOS DO BRASIL

REFORMA TRIBUTÁRIA

A Reforma Tributária foi promulgada em 2023 após quatro décadas de discussão no Congresso. A cobrança de impostos será simplificada, e os brasileiros saberão exatamente o quanto pagam de tributo ao governo em cada produto e serviço. A reforma vai ainda garantir menos burocracia e maior eficiência às empresas. Agora, o Legislativo se debruça sobre a sua regulamentação, aguardada por diferentes setores da sociedade para que, nos detalhes, o resultado proporcione o esperado ganho de produtividade para a economia brasileira. Nesta primeira edição do Caminhos do Brasil, vamos discutir a expectativa e os desafios para o texto e sua implementação na prática.

CONVIDADOS



Aguinaldo Ribeiro
Deputado federal e relator da Reforma Tributária na Câmara



Ana Paula Vescovi
Diretora de macroeconomia do Banco Santander



Bernard Appy
Secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda



Heleno Torres
Advogado e Professor titular de Direito Financeiro da Faculdade de Direito da USP



Fernando Exman
Chefe da Redação do Valor Econômico em Brasília
Mediador



Thiago Bronzatto
Diretor da sucursal do GLOBO de Brasília
Mediador

HOJE, ÀS 10H



Patrocinio
CNC · Federações
Sistema Convidado

Realização
O GLOBO Valor CBN